



## ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, às catorze horas e quarenta e cinco minutos, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação, situada na Rua Domingos Vieira, 120, Santa Efigênia, Capital, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio da Previdência Social, RPPS, do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente com a presença dos seguintes conselheiros: Thiago Alexander Costa Grego, Presidente, Afonso Celso Renan Barbosa, Beatriz de Olveira Góes, Gleison Pereira de Souza, Marcelo Piancastelli de Siqueira, Sidnei Bispo, Célia de Lélis Morera, Israel Arimar de Moura, Fábio Guaracy Fassy, Roberto Francisco Pereira, Maria Cristina dos Santos Castello Branco e Wanderson Paiva Rocha. Também presentes Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal de Gestão Previdenciária e os servidores da Unidade Gestora do RPPS Roberta Ester Senna e Alexandre Fonseca Dias. Thiago Grego leu os pontos de pauta. O primeiro ponto de pauta foi a ata da reunião anterior. Thiago Grego sugeriu uma alteração na ata, que foi realizada e aprovada por unanimidade. O segundo ponto de pauta foi a Apresentação do Relatório de Investimentos, feita por Alexandre Fonseca. Ele mostrou a evolução dos investimentos do RPPS nos últimos 12 meses, cuja rentabilidade média foi de 14,01%, frente a uma meta atuarial de 10,74%. A rentabilidade média da carteira de janeiro a novembro de 2014 foi de 12,79%, frente a uma meta atuarial acumulada de 9,2%. A rentabilidade média em 2014 superou a meta em atuarial em 139,03% e de 130,99% do CDI. Ele explicou que, segundo a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3922/2010, pode-se aplicar até 100% em cotas de fundos de investimento do art. 7º, I, b, onde atualmente estão alocados 87,58% da carteira, com rentabilidade média nos últimos 12 meses de 15,06%, frente a uma meta atuarial de 10,74% e de 10,62% do CDI. Em cotas de fundos de investimento, conforme o art. 7º, inciso IV, estão alocados 12,42% da carteira de investimentos, podendo-se aplicar até 20% dos recursos. As aplicações realizadas nestes fundos apresentaram uma rentabilidade média nos últimos 12 meses de 11,35%, frente a uma meta atuarial de 10,74% e de 10,62% do CDI. Alexandre Fonseca passou para o terceiro ponto de pauta, a aprovação da Política de Investimentos para 2015. Primeiramente, demonstrou a legislação pertinente aos investimentos, com base na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011. Mostrou que o RPPS-BH é estruturado pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Unidade Gestora Única subsidiada pelo Comitê de Investimentos. Comentou sobre o modelo de gestão própria e explicou que, apesar da contratação da consultoria financeira do Banco do Brasil, o modelo de gestão é próprio da Unidade Gestora, de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho de Administração. Falou que a UG indica para 2015 a manutenção da meta atuarial de IPCA + 4,5% a.a., praticada em 2014. Wanderson Rocha disse que realizou uma pesquisa e constatou que alguns RPPS têm adotado uma meta de IPCA + 6% a.a. Márcio Dutra explicou que o patamar de juros em 4,5% é o mais aderente ao cálculo atuarial e que isto não impede que as aplicações almejem juros maiores, como demonstrados na rentabilidade versus a meta atuarial em 2014. Alexandre Fonseca explicou sobre o relatório de rentabilidade e o risco das aplicações, que serão remetidos mensalmente pelas Instituições Financeiras, de acordo com os recursos aplicados pela Unidade Gestora. Por sua vez, bimestralmente, a UG elaborará relatórios detalhados, sobre a rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas no período. Quadrimestralmente, o RPPS avaliará o desempenho das aplicações efetuadas com base nos relatórios mencionados e apresentará ao Conselho de Administração os resultados obtidos. Alexandre Fonseca explicou que, considerando o cenário econômico e em relação às alocações dos recursos, a UG permanecerá atenta à consolidação das ações da nova equipe econômica e às expectativas de elevação de juros nos Estados Unidos. Mostrou os limites de alocação de recursos em conformidade com a Resolução CMN 3922/10 nos segmentos de renda fixa e renda variável. Finalizada a apresentação, foram lidas as sugestões encaminhadas por e-mail do conselheiro Wanderson Rocha. As sugestões foram: inclusão de um sumário no documento da Política de Investimentos, sugestão que a UG providenciou previamente; inclusão da limitação da atuação do Comitê de Investimentos às determinações aprovadas na Política de Investimentos; sugestão aceita por todos e incluída na Política; observações quanto à gestão, que seriam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial e garantia dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, que, após explicação ficou entendido que estava implícito no texto; sugestão de inserir uma tabela com o Sistema de Expectativa de Mercado com os indicadores em 2014 e perspectivas para 2015 – item também aceito e incluído. Feitas as alterações, foi colocada em votação a



aprovação da Política de Investimentos para 2015, o que foi aprovada pelos conselheiros Thiago Alexsander Costa Grego, Afonso Celso Renan Barbosa, Beatriz de Oliveira Góes, Gleison Pereira de Souza, Marcelo Piancastelli de Siqueira, Sidnei Bispo, Célia de Lélis Moreira, Israel Arimar de Moura, Fábio Guaracy Fassy, Roberto Francisco Pereira e Wanderson Paiva Rocha e abstenção de Maria Cristina Santos Castello Branco, que como suplente, não se sentia confortável em aprovar a Política por não ter acompanhado toda a discussão. Ficou definido que a reunião de janeiro seria no dia 30/01/2015, de 14h30 às 17h30, com a pauta de relatório dos imóveis do RPPS, sugestão do Conselheiro Wanderson Rocha. Israel Arimar perguntou se caso o Sindicato manifestasse interesse em alugar o imóvel de Lagoa Santa isto seria possível. Thiago Grego disse que sim e Márcio Dutra ratificou dizendo que o instrumento legal para a locação seria por hasta pública. Thiago Grego mostrou a minuta do ofício a ser encaminhado ao Gabinete do Prefeito indagando sobre a existência da viabilidade jurídica e política de se extinguir a cobrança da cota patronal dos servidores licenciados sem recebimento de remuneração. Thiago Grego informou que o ofício seria protocolado no Gabinete do Prefeito brevemente. Nada mais a ser tratado, às 15:45 eu, Roberta Senna (Roberta Ester Senna), lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelos presentes.

Thiago Alexsander Costa Grego

Célia de Lélis Moreira

Afonso Celso Renan Barbosa

Israel Arimar de Moura

Beatriz de Oliveira Góes

Fábio Guaracy Fassy

Gleison Pereira de Souza

Roberto Francisco Pereira

Marcelo Piancastelli de Siqueira

Maria Cristina dos Santos Castello Branco

Sidnei Bispo

Wanderson Pereira Rocha